

**FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
EM GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

JOELIA SANTOS FALCÃO

**A RELAÇÃO BOLSA FAMÍLIA E OS ÍNDICES DE MELHORIAS NA ÁREA
SOCIAL EM GRAJAÚ DO MARANHÃO**

Grajaú – MA

2016

JOELIA SANTOS FALCÃO

**A RELAÇÃO BOLSA FAMÍLIA E OS ÍNDICES DE MELHORIAS NA ÁREA
SOCIAL EM GRAJAÚ DO MARANHÃO**

Trabalho monográfico apresentado como um requisito obrigatório para conclusão do curso de Especialização em Políticas Públicas em Gestão da Assistência Social pela Faculdade Labora.

Orientador (a): Professora mestre Maria Ludmilla Leite

Grajaú – MA

2016

FALCÃO, Santos Joélia

A RELAÇÃO BOLSA FAMÍLIA E OS ÍNDICES DE MELHORIAS NA ÁREA SOCIAL EM GRAJAÚ DO MARANHÃO

Joélia Santos Falcão– cidade de Grajaú do Maranhão, 2016.
f. 42

Monografia - TCC / curso de licenciatura em Gestão da Assistência Social pela Faculdade Laboro – ano 2016.

Orientador (a): Professora mestre Maria Ludimilla Leite

Palavras-chave: Assistência Social; Bolsa Família; Índice; Melhorias.

CDD: 361.60981

CDU: 37:304 (814.22)

I. Título

JOELIA SANTOS FALCÃO

**A RELAÇÃO BOLSA FAMÍLIA E OS ÍNDICES DE MELHORIAS NA ÁREA
SOCIAL EM GRAJAÚ DO MARANHÃO**

Trabalho monográfico apresentado como um requisito obrigatório para conclusão do curso de Especialização em Políticas Públicas em Gestão da Assistência Social pela Faculdade Labora.

Orientador (a): Prof.^a Mestre Maria
Ludmilla Leite

Aprovação em: _____ / _____ de 2016

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a) Prof^a Mestra Maria Ludmila Leite - Metodologia Científica
FACULDADE LABORO

1º EXAMINADOR
FACULDADE LABORO

2º EXAMINADOR
FACULDADE LABORO

Aos meus filhos

AGRADECIMENTOS

Ao grande Deus que sempre está comigo, que me deu a vida, a saúde e a vontade de aprender.

Aos professores da Faculdade Laboro pela competência e ajuda nos momentos de maior dificuldade na aprendizagem.

E também aos meus colegas de curso pela amizade e colaboração com alguns trabalhos no decorrer deste curso.

A toda a minha família por terem me dado apoio com minha ausência enquanto precisava me ausentar para estudar neste curso de Especialização em Políticas Públicas em Gestão da Assistência Social.

E por último agradeço a todas as pessoas que mesmo anônimas puderam contribuir para a elaboração deste trabalho de fim de curso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico nº 01 – Questão 3.3.1 – Entendendo a importância de fiscalização no cadastramento e inclusão das famílias que se propõem a receber o benefício do PBF, na sua concepção o fator ético tem prevalecido nesse processo?..... 30
- Gráfico nº 02 – Questão 3.3.2 – Em meio às suas atividades de diagnóstico social lhe é possível perceber a melhoria na qualidade de vida das pessoas aceitas como beneficiárias do PBF?..... 31
- Gráfico nº 03 – Questão 3.3.3 – Em sua avaliação profissional como os índices de melhoria da educação das crianças beneficiadas como PBF tem sido..... 31
- Gráfico nº 04 – Questão 3.3.4 – E quanto à possibilidade de melhoria dos índices na avaliação da saúde dos assistidos pelo PBF, como isso tem sido.....32
- Gráfico nº 05 – Questão 3.3.5 – Lhe é possível acreditar que com a transferência de renda que o PBF propicia na cidade de Grajaú às pessoas mais carentes tem havido melhor distribuição de renda?..... 33
- Gráfico nº 06 – Questão 3.3.6 – E, se por qualquer motivo o Governo Federal acabasse com o PBF como isso iria refletir na cidade de Grajaú?..... 33

RESUMO

O presente trabalho de fim de curso aqui apresentado foi desenvolvido com estudo literário e virtual numa abordagem explicativa e pesquisa de campo em abordagem descritiva com coleta e cálculos dos dados estatísticos apresentado em gráficos sendo isso possível entrevistando profissionais da Assistência Social da cidade de Grajaú do Maranhão. Foi apresentado como se deu o início das obras de assistência social no Brasil desde o Período Colonial Brasileiro, e, que com a Proclamação da República Federativa do Brasil a responsabilidade em atender as demandas sociais como é o caso das obras de assistência social passou a ser do Estado Brasileiro. E, que a promulgação da Constituição Brasileira do ano de 1988 houve um significativo aumento de investimentos governamentais nesse campo social, ou seja, foi-se multiplicado o número de profissionais formados academicamente em Serviço Social para atender as demandas de ajuda da população da classe trabalhadoras que se encontra em situação de vulnerabilidade social. E, que foi dessa forma que o Programa Bolsa Família – PBF que, com o tempo veio a ser o maior programa de transferência de renda do mundo, foi criado para acabar com outros programas de assistência social que eram limitados em suas atividades de reinserção social das famílias em risco social como era o caso do bolsa escola, vale gás e outros. Ou seja, o Programa Bolsa Família criado no ano de 2003 se mostrou um sucesso por ter como diretrizes o cadastro de pessoas como pais de família em situação de miséria que assumem o compromisso de manter suas crianças e adolescentes na escola, zelar pela boa alimentação e pela boa saúde destes por com auxílio do recurso financeiro que recebem de forma contínua. É ainda resumível que, o PBF vem sendo útil como instrumento de promoção de justiça social na medida em que consegue melhorar os índices de melhorias na área social, como vem acontecendo na cidade de Grajaú com atuação direta do Centro Regional de Assistência Social CRAS localizado no bairro Canoeiro desta cidade de Grajaú. Pois, este ponto de referência de assistência social desenvolve atividades de reinserção social a pessoas de todas as idades e, cadastra os cidadãos mais necessitados para recebimento dos benefícios do PBF.

Palavras-chave: Assistência Social; Bolsa Família; Índice; Melhorias.

ABSTRACT

This limit work presented here was developed with literary and virtual study an explanatory approach and field research in descriptive approach to collection and calculations of statistical data presented in graphs with this possible interviewing professionals Social Care City of Maranhão Grajaú. It was shown how was the beginning of welfare works in Brazil since the Colonial Period Brazilian, and that with the proclamation of the Federative Republic of Brazil responsibility in meeting the social needs such as the social welfare works became the Brazilian government. And the enactment of the 1988 year of the Brazilian Constitution there was a significant increase in government investment in the social field, is the number of trained professionals was multiplied academically in Social Work to meet the assistance demands of the working class population that is in situations of social vulnerability. And it was thus that the Balsa Family Program - PBF which over time became the world's income transfer program was created to stop other social assistance programs that were limited in their social reintegration activities of families at social risk as it was going down the school bag, it gas and others. That is, the BalsaFamily Program created in 2003 proved to be a success by having as guidelines the registration of persons as householders in extreme poverty who are committed to keeping their children and adolescents in school, ensure the proper food and the good health of these for help with the financial resources they receive continuously. It is still summarizable that the PBF has been useful as social justice promotion instrument in that cant beater the improvement rates in the social area, as has been happening in the city of Grajaú direct action of the Regional Centre CRAS Social Assistance located in the district Canoeiro this city Grajaú. For this point of reference for social assistance develops social reintegration activities for people of all ages and registers the neediest citizens to receive the benefits of PBF.

Keywords: Social Assistance; Bolsa Família; Index; Improvements.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 Geral.....	11
2.2 Específicos.....	11
3 METODOLOGIA.....	12
3.1 Pesquisa teórica.....	12
3.2 Instrumentos da pesquisa em campo.....	12
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
4.1 História da política de assistência social no Brasil.....	13
4.1.1 Política de assistência social com a Constituição de 1988.....	15
4.1.2 Causas da desigualdade social.....	17
4.2 Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.....	19
4.2.1 Criação e aspectos do Programa Bolsa Família.....	19
4.2.2 Metas e objetivos do Programa Bolsa Família.....	21
4.2.3 Política Pública Fome Zero.....	23
4.3 A relação Bolsa Família e melhoras nos índices sociais.....	24
4.3.1 O Produto Interno Bruto.....	24
4.3.2 O Índice de desenvolvimento Humano.....	24
4.3.3 Análise dos dispendidos com o Programa Bolsa Família.....	25
4.3.4 A assistência social pelo CRAS da cidade de Grajaú – MA.....	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
APÊNDICE.....	39 a 42

1 INTRODUÇÃO

Sendo o Programa Bolsa Família o maior do mundo pela sua importância e eficiência como programa de transferência de renda fixa, este consegue promover melhorias de qualidade de vida às pessoas que são beneficiadas com certa soma de dinheiro na cidade de Grajaú – MA.

Daí, os estudos literários e virtuais a serem desenvolvidos com investigação qualitativa em abordagem explicativa, assim, como a pesquisa de campo entrevistando profissionais do Serviço de Assistência Social da cidade de Grajaú terão por objetivos principais aumentar a bagagem cultural, o domínio de informações técnicas e de saberes qualitativos sobre as características, propósitos e benefícios que o PBF vem ao longo da história de sua criação promovendo às pessoas que são beneficiadas.

A criação deste trabalho objetiva, ainda, que a pesquisadora alcance conhecimentos sobre como o PBF vem promovendo justiça social e como isso pode ser comprovado a partir de estudos logísticos pela coleta e apuração de dados estatísticos.

Este trabalho será desenvolvido com pesquisas voltadas a busca de explicações sobre a relação Bolsa Família e a melhora nos índices na área social na cidade de Grajaú – MA.

E, para tanto serão desenvolvidas temáticas em temas e subtemas, tais como: história da assistência social no Brasil, a política de assistência pela promulgação da Constituição Federal do ano de 1988, as causas da desigualdade social, o Programa Bolsa Família, as metas e os objetivos do PBF e a Política Pública Fome Zero, a relação bolsa família e as melhoras nos índices sociais.

Sendo ainda apresentada uma análise dos dispendido com o PBF, a assistência social desenvolvida pelo CRAS do Bairro Canoeiro da cidade de Grajaú e o resultado da pesquisa de campo com apresentação gráfica dos dados estatísticos relativos à importância do PBF para reinserção social.

Todo assistente social no exercício de sua função deve compreender os programas de assistência social que são utilizados em seu campo de trabalho, e, dessa forma, o estudo sobre a influência do PBF na vida das pessoas que recebem este benefício de prestação continuada.

O problema de pesquisa que busca desvendar partirá do estudo sobre as

causas da desigualdade social, buscando investigar sobre aspectos e principais metas a serem alcançadas com este específico benefício de prestação continuada, como o PBF vêm melhorando a qualidade de vida das pessoas que recebem este benefício.

Acreditando que, pesquisar sobre o Programa Bolsa Família tem importância para fins de aprendizagem teórica e prática muito relevante tanto para a formação acadêmica no campo da seguridade social como para aquisição de experiências com as rotinas de trabalho dos profissionais da seguridade social na cidade de Grajaú, daí, a pesquisa de campo virá a promover aprendizado e formação social, cultural e de cunho técnico sobre os índices sociais e as suas melhorias com o PFB.

O tema que foi escolhido para dar norte aos estudos que servirá em muito para aumentar a capacidade de entendimento sobre quais programas podem ser ofertados às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, auxiliando-se na aquisição de conhecimentos técnicos sobre qual a diferença entre programas assistencialistas de prestação por tempo limitado e de prestação continuada na melhoria de vida das pessoas assistidas.

Dessa forma, o PBF é tão importante para promover justiça social que fica justificada a escolha do tema deste trabalho relativo à relação que pode existir entre este programa de transferência de renda PBF e as melhorias nos índices sociais na cidade campo de investigação.

Buscando-se, dessa forma promover ao pesquisador aquisição de conhecimentos técnicos sobre as práticas de assistência social por meio de inserção de pessoas em situação de risco social neste programa de prestação continuada, o que, por si, justifica a importância da escolha do tema deste trabalho para fins de aprendizagem individual e formação acadêmica da pesquisadora.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

- ✓ Analisar como o Programa Bolsa Família consegue melhorar os índices da qualidade de vida de seus beneficiados.

2.2 Específicos

- ✓ Avaliar os motivos de o PBF ser o programa de benefício continuado mais requisitado;
- ✓ Entender os principais aspectos do Programa Bolsa Família;
- ✓ Compreender o dispendido do PBF;
- ✓ Estudar sobre a Política Pública Fome Zero;
- ✓ Diagnosticar como o PBF está melhorando os índices na área social na cidade de Grajaú – MA.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada para elaboração do trabalho científico compreende o planejamento dos estudos, a aquisição dos materiais didáticos e virtuais para pesquisa teórica com domínio técnico de técnicas de investigação literária, virtual e em campo buscando-se alcançar saberes qualitativos e quantitativos acerca do problema de pesquisa que norteia a investigação.

3.1 Pesquisa teórica

A pesquisa teórica feita, portanto, com leitura cognitiva em abordagem explicativa na aquisição de informações qualitativas e dissertação crítica na apresentação textual do que fora aprendido sobre a relação Bolsa Família e o índice de melhorias na área social para a cidade de Grajaú.

[...] é feita do levantamento de referenciais teóricos já analisados e publicados por meio de escritos eletrônicos como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho inicia-se com pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referenciais teóricos publicados com o objetivo de conhecer informações ou reconhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura respostas. (FONSECA, 2002, P. 32).

Com base em investigação crítica e analítica de referenciais teóricos a pesquisadora busca desvendar o problema de estudo construindo as temáticas relativas ao tema do trabalho a ser elaborado dentro de regras e normas da Associação Brasileira de Normatização Técnica - ABNT com sua aprendizagem teórica a fim de aumentar a aprendizagem e formação sociocultural.

3.2 Instrumentos da pesquisa em campo

Para a realização da pesquisa de campo é elaborado, xerocado e utilizado o modelo de instrumental de entrevista semiestruturado, e como recurso humano a pesquisadora e servidores da assistência social a serem os entrevistados na cidade de Grajaú – MA.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O surgimento e expansão do sistema capitalista gerou em todo o mundo uma realidade de materialismo, de centralização de poder e de injustiças sociais da classe burguesa contra a classe social trabalhadora.

Este fenômeno gerou, em muitos países e, em especial nos países emergentes como o Brasil, uma desigualdade social, cultural e econômica em que a elite é muito envolvida no sistema político para seu próprio benefício, investe pesado em educação de boa qualidade para seus filhos enquanto que os pobres recebem educação inferior, vivem com mais dificuldades financeiras e são mais vítimas das recessões econômicas.

Tudo isso gera uma classe de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, e, que necessitam de ajuda governamental e de entidades filantrópicas para continuarem sobrevivendo. Como é o caso do Programa Bolsa Família – PBF um programa governamental que busca minimizar o sofrimento dos menos privilegiados atendendo suas demandas mínimas para uma sobrevivência sem fome.

Daí, a profissão de assistente social passou a ser legitimada, carecendo formação acadêmica em Serviço Social como maneira de gerar profissionalismo no atendimento às pessoas que se encontram em situação de risco social.

4.1 História da política de assistência social no Brasil

Desde o início dos tempos a instituição religiosa em todo o mundo realiza trabalhos filantrópicos ajudando as pessoas mais necessitadas por ser este o espírito da fé em Deus e da religiosidade pelo humanismo para com o próximo.

No Brasil as atividades de assistência social começaram pela intervenção da Igreja Católica em meados de 1500 ainda no período colonial brasileiro por ações de educação para alfabetização de crianças, índios e adultos e catequese. De ajuda material ao próximo dos padres da ordem jesuítas. Ou seja, a filantropia já era uma realidade, mas com poucos recursos.

O próprio processo de colonização do Brasil já foi algo condicionado a exploração das riquezas do Brasil, ou seja, a exploração do pau-brasil, do ouro e pedras preciosas gerando injustiças sociais e, também pela falta de políticas de

urbanização em meio a um regime totalitário e capitalista que, na prática gerava injustiças econômicas e uma classe de miseráveis.

Os portugueses acabaram deixando como herança uma população analfabeta, uma sociedade encravada na escravidão, uma economia baseada na monocultura e nos grandes latifúndios e um Estado absolutista. O costume de não educar a grande parcela da população não é de hoje, pois durante o período republicano não havia também motivação religiosa para se educar, já que a Igreja Católica não incentivava a leitura da Bíblia para que os fiéis não questionassem o que lá tivesse escrito. (CARVALHO, 2006 p. 34).

Fica evidenciado que, o início da política de assistência social no Brasil ficou por conta da Igreja Católica que tinham pouco apoio de particulares comerciante da classe burguesa, pois, nem em educação havia investimentos suficientes. Os filantropos sem formação superior faziam o que podiam, mas a sociedade era injusta, os pobres quase não podiam contar com direitos civis e justiça social da parte dos governantes. O que sobrecarregava a Igreja.

Com o tempo, já por volta de 1889 com a Proclamação da República Federativa Brasileira a responsabilidade com a educação e com programas de assistência social passou a ser, em especial do Governo Federal do Brasil seguindo modelos de assistencialismo governamental de outras nações.

Na América Latina, dezessete países criaram programas desse tipo entre 1990 e 2010. A ironia mais saborosa dessa história é sobre o pioneiro dos programas de transferência na América Latina. O Subsídio Único Familiar, implantado em 1981 pelo governo chileno, dava dinheiro às mães pobres que mantivessem os filhos na escola. Pois é. O ditador Augusto Pinochet foi o primeiro a implantar o programa que, décadas depois, daria origem ao Bolsa Família. (NARLOCH, 2015).

A política de assistencialismo no Brasil veio a ser ainda o resultado de muitas lutas sociais por direitos humanos e justa distribuição de renda. Uma forma de tentar inibir as injustiças geradas pelo capitalismo e pelos abusos de poder da classe burguesa.

Desse modo, desde seu início o assistencialismo público no Brasil vem sendo desenvolvido por instituições não governamentais e por Órgãos governamentais submissos ao Ministério do Desenvolvimento Social que realiza planos de assistência social às pessoas de baixa renda e que se encontra em situação de risco social como medida de contenção das injustiças econômicas decorrentes da desigualdade educacional entre as pessoas da classe burguesa e da

classe trabalhadora.

Mas, compreendendo o Brasil por sua história, as injustiças sociais que originam os programas assistivos tanto governamentais como do Terceiro Setor (ONGs, Igrejas e outros) também se refletem nas zonas rurais, em especial com os mandos e desmandos dos coronéis que usam a política como instrumentos de injustiças contra os menos favorecidos.

Para os moradores dos municípios pobres, o voto era uma moeda de troca. Oprimidos pela fome, pela doença, pela seca, eles entregavam o voto pela comida, roupa, remédios. Alguns trocavam o seu direito de escolha por algum tipo de mercadoria: ligaduras de trompa. (VAZ, 2005, p. 41).

Como é retratado na citação literária acima, as injustiças sociais que centraliza o poder nas mãos de poucos gerando o coronelismo e o descaso político com a população é, juntamente com a falta de política de educação de boa qualidade para as pessoas de baixa renda dois dos principais motivos geradores de misérias e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Muitas pessoas assistidas por assistentes sociais tem um histórico de falta de oportunidade para ter vida culturalmente e profissionalmente produtiva. O descaso das autoridades é a causa principal das injustiças que facilita para o sistema capitalista gerar condições de vida favorável para poucos e condições de vida miserável para muitos.

Se a história do assistencialismo social no Brasil for avaliada desde o Período Colonial Brasileiro até os dias atuais, alguns pontos merecem destaques, como: o sistema capitalista gera desigualdade econômica; o que origina injustiças sociais continua, mas, já sem a escravidão; devido ao processo democrático a Constituição Federal do Brasil vem favorecendo o crescimento das políticas governamentais assistida à população mais carente; e, em especial o assistencialismo se tornou profissão requerendo formação acadêmica para o exercício do ofício de assistente social.

4.1.1 Política de assistência social com a Constituição de 1988

O Brasil em seu período moderno compreendido já a partir da década de 1990 passou por mudanças sociais favoráveis a um processo de democratização político-social, quando na promulgação da Constituição Federal do ano de 1988

muitos foram os protestos públicos na cidade de São Paulo em prol de uma atualização da Constituição mais favorável a maiores investimentos na área social, saúde, educação e seguridade social.

Dessa forma, a Política de Assistencialismo Social deu um salto de qualidade e de investimentos governamentais no atendimento a essas demandas de assistencialismo às pessoas da classe social trabalhadora priorizando ajuda às pessoas em situação de risco social.

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção da família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida de sua família, conforme dispuser a lei.” (CRFB, 1988).

Correto se faz salientar que, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 os investimentos governamentais no setor da seguridade social eram limitados, que boa parte da população carente não podia contar com benefício de prestação continuada como o Programa Bolsa Família. O que faz entender que, o PBF foi um marco no processo de evolução do trabalho de assistência social no Brasil com a promoção de organização da prestação de benefício continuado.

No seu Artigo 194 é especificado: [...] “A seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social”. (BRASIL, 2002/1988, p. 341).

Muitas mudanças ocorridas com a ‘Constituição Cidadã’ (sua promulgação em 1988) foram notadas a favor da expansão do número de beneficiários em todo o território brasileiros. E, para tanto, foram criadas leis e órgãos governamentais específicos para dinamizar dentro de aspectos legais as ações governamentais de assistência social em todo o território nacional.

Buscando-se, dessa forma, promover mais legitimação e organização para as ações de assistência social com validade em todo o território brasileiro. Como, por exemplo: a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social); NOB (Normas de Orientações Básicas); SUAS (Sistema Único de Assistência Social); PBF (Programa

Bolsa Família); CRAS (Centro Regional de Assistência Social).

“Em rápidos termos, pode-se considerar que a NOB/97 conceituou o sistema descentralizado e participativo, estabelecendo condições para garantir sua eficácia e eficiência, explicitando uma concepção norteadora da descentralização da Assistência Social. [...] Propôs a criação de uma Comissão Tripartite, de caráter consultivo, com representantes de três níveis de governo, para discutir e pactuar acerca dos aspectos relativos à gestão da política. Dessa forma, o modelo de gestão foi fundado nas relações intergovernamentais, como estratégia capaz de revisar o papel do Estado no campo da Assistência Social.” (NOB/SUAS, 2005).

Com a promulgação da Constituição Federal do ano de 1988, além da criação destes órgãos reguladores das ações técnicas e legalizadas para melhorar o atendimento às demandas sociais com ações práticas de reinserção social às pessoas em situação de risco social, a seguridade social passou ainda a ser levada tão a sério que cursos acadêmicos de assistência social em muitas faculdades se difundiram em todos os Estados brasileiros.

4.1.2 Causas da desigualdade social

Desigualdade social é uma realidade desde que o homem moderno convive em sociedade, algumas pessoas têm mais interesse em agir para alcançar bens materiais e outras menos interesse em adquirir riquezas.

A base da desigualdade é a educação e a cultura, pois, as pessoas da classe social burguesa podem investir mais na educação escolar de melhor qualidade para saber lidar com as leis, com a mídia e com a instituição política na defesa de seus interesses materiais ao contrário do que acontece com as pessoas da classe social proletariado que lutam apenas para sobreviver.

Já o fim do sistema feudal originou o início do sistema capitalista impulsionado pela revolução industrial gerando crescimento da classe dos comerciantes. E estes, buscando cada vez mais o enriquecimento econômico sem se importar com as injustiças sociais contra as pessoas da classe trabalhadora, manipula a política e o sistema econômico em seu favor material.

Controladas pelas elites econômicas e políticas, em parceria com o aparelho estatal, a imprensa defende os interesses de grupos particulares e reforça a lógica da criminalização da miséria e da exclusão social. Assim sendo, desenvolve uma concepção determinista de poder, que passa a ser associado unicamente ao poder estatal. (MALAQUIAS, 2008, p. 96).

O homem como um ser provido de ambição precisa ter consciência social, ética e cultura favorável ao padrão comportamental humanista, pois, quando isso não acontece a ganância gera disputa por poder, e, nesse caso os mais fortes prevalecem sobre os mais fracos usando meios culturais, políticos e do sistema econômico capitalista para gerar a pobreza de muitos e riqueza de poucos.

E tudo isso origina uma classe social dos miseráveis que são os excluídos da sociedade, as pessoas que necessitam de assistência social por se encontrarem em situação de risco social.

Daí para se falar sobre Assistência Social é preciso entender as causas de sua necessidade, e, para isso é preciso entender os principais motivos da desigualdade social que gera a miséria, o sofrimento das camadas populares menos assistidas e, assim, a necessidade de assistencialismo para combater injustiças econômicas.

Nas regiões do Brasil com o clima árido como o Nordeste brasileiro as causas da desigualdade social são, ainda, relacionadas à questão ambiental, meteorológica e de pouca riqueza natural como é o caso de solos inférteis pouca chuva e cultura pouco favorável à produtividade e igualdade social.

Somando tudo isso a um sistema político pouco competente e corrupto em que os projetos sociais são mais voltados a obras assistenciais como o Programa Bolsa Família do que projetos de geração de emprego e à educação pública de baixa qualidade tem-se o cenário da desigualdade social que, no Brasil atinge em especial a população nordestina.

Nordeste como região da miséria e da injustiça social; o lócus da reação à transformação revolucionária da sociedade. Nordeste dos coronéis e comendadores discricionários e dos Fabianos e Severinos amarelos, servis, quase animais a grunhir em seu estado absoluto de alienação. Nordeste que, mesmo assim, fundamentavam com seus mitos populares o sonho de construir em territórios de revolta contra a exploração e a dominação e a dominação burguesa. Estes nordestes, construídos pelo avesso, ficam presos, no entanto, aos mesmos temas, imagens enunciados consagrados e cristalizados pelos discursos tradicionalistas, que haviam escolhido o lugar de vítimas, de coitadinhos, de pedintes, de injustiçados, para ocuparem nacionalmente. (JÚNIOR, 2001, p. 36).

Por fim, é válido afirmar que uma das principais causas da desigualdade social seja a desinformação da classe trabalhadora, pois, se as pessoas mais prejudicadas com as políticas de favorecimento das pessoas da classe burguesa soubessem dos mecanismos legais para lutar contra os abusos políticos da classe

dominadora poderiam alcançar mais eficiência na luta por justiça social.

4.2 Programa de Transferência de Renda Bolsa Família

Dentre os programas de assistência sociais já implantados pelo Governo Federal ao longo da história do Brasil o Programa Bolsa Família (PBF) veio a se mostrar o mais eficiente por suas características de simplificar a transferência de renda às famílias mais necessitadas e favorecendo a escolarização, alimentação e saúde dos filhos menor de idade.

Este programa tem como principal objetivo erradicar a fome que ainda acontece em famílias de baixíssima renda em que existem crianças e adolescentes em situação de miséria completa.

4.2.1 Criação e aspectos do Programa Bolsa Família

Buscando dinamizar a política de assistência social no Brasil a criação do PBF foi de início, uma proposta de substituir outros programas por somente um que simplificasse a transferência de renda combatendo fraudes e alcançando as famílias mais necessitadas, em especial nas regiões de menor renda o que é o caso das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O Programa Bolsa Família foi criado em janeiro de 2004, Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº5.209/2004, neste unifica os benefícios sociais até então existente, é um programa focalizado e sua abrangência é nacional, é considerado um dos maiores programas de transferência de renda do mundo. O foco do programa são famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Os objetivos do programa são a curto e longo prazo, primeiramente amenizar a situação de pobreza por meio da transferência direta de renda, depois através das condicionalidades, investir em capital humano alterar as condições socioeconômicas e nas gerações futuras romper com o ciclo intergerencial de miséria e pobreza, ou seja, transferência de renda, proporcionar alimentação; condicionalidade refere a acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social; programa complementar que visa o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade social. (MDS, 2013).

Este programa de assistência social do Governo Federal (PBF) tem, portanto, o objetivo de promover transferência de renda fixa para pessoas em risco social buscando prover famílias da classe baixa das condições mínimas para manter os filhos na escola com uma renda financeira capaz de facilitar na despesa com

materiais didáticos e alimentação básica.

A criação do Bolsa Família é oriunda da grande necessidade de unificação dos programas federais de transferência de renda. Antes de 2003, ano da criação do PBF, haviam quatro programas principais de transferência de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, com órgãos responsáveis distintos, recursos independentes e banco de informações segregados. (SÁTRIO, 2009).

Devido a essa realidade, a gestão, coordenação de serviços destes programas era ineficiente, sem compartilhamento de recursos e informações, gerando desperdícios e retrabalho por parte das instituições encarregadas, como relata Soares et Sátiro (2009): “[...] Era um emaranhado de iniciativas isoladas, com objetivos diferentes, porém sobrepostos, e para públicos diferentes, mas também sobrepostos. Nenhum desses programas era universal ou sequer tinha a pretensão de vir a ser. Nenhum cobria todo o território nacional.”

O PBF unificou os programas, se beneficiando do Cadastro Único como ferramenta de controle de informação e contando com o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) como principal responsável pela gestão do programa. Portanto, um grande mérito do programa foi integrar os programas já existentes utilizando as vantagens e cada um, sob uma gestão descentralizada dos entes federativos, porém coordenada. (fonte: <http://www.ipea.gov.br>).

Daí foi realizado um estudo logístico para investigar se daria certo unificar estes programas já existentes criando-se um único eixo de administração da prestação de serviço social com transferência de renda dentro de um contexto de preservação do bem estar das crianças e adolescentes que precisam estar dentro da escola e com boa saúde, daí o PBF tem equipe investigativa das famílias beneficiadas.

O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivas o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (MDS, 2003).

O PBF foi criado para tornar mais eficiente os programas sociais no campo da seguridade social do Governo Federal, buscando-se, dessa forma, alcançar famílias em situação de miséria em todos os municípios dos Estados

brasileira, mas, dando ênfase nas cidades dos Estados mais carentes de geração de emprego e renda à sua população, como é o caso do Estado do Maranhão e outros da região Nordeste deste país.

O aspecto importante para que seja possível o cadastramento de famílias postulantes a receber o benefício de transferência de renda se divide em três critérios atendendo exigências do programa. Sendo:

- i) Comprovação de renda familiar – Neste caso estão elegíveis para receber os benefícios do PBF, as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizada, em abril de 2014 pelo decreto n. 8.323, como àquela que tem renda mensal *per capita* de até R\$= 154,00 e R\$= 77,00, respectivamente.
- ii) Comprometimento com a educação infantil – todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.
- iii) Comprometimento com a saúde – as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de sua saúde e do recém-nascido. (SOARES et SÁTRIO, 2009).

Como é mostrado acima nesta citação de obra literária já publicada o PBF foi criado com aspectos específicos tanto no tangente às pessoas a serem beneficiadas como nos procedimentos a serem adotados para cadastramento e para cumprir com as exigências do PDF no intuito de proteger a infância e a adolescência.

4.2.2 Metas e objetivos do Programa Bolsa Família

Qualquer programa de assistência social precisa ser elaborado com especificações objetivas para ser aprovado. E, no caso do Programa Bolsa Família (PBF) seus objetivos foram delineados de forma clara e objetiva.

Todo programa de assistência governamental é criado mediante a confirmação de sua importância, o benefício que este irá promover às pessoas que mais necessitam de assistência, e, é por isso que no caso de programa de prestação com benefício continuado como é o caso do PBF muito se foi melhorado em termos de organização dos procedimentos técnicos para alcançar eficiência.

Com efeito, quanto as suas metas e objetivos o PBF (já) em sua criação fazia parte da estratégia governamental Fome Zero que tinha por objetivos, ainda

segundo Silva (2015, *apud* Brasil/MDS 2005):

- i) Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação assistência social e segurança alimentar;
- ii) Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

As metas e objetivos do Programa Bolsa Família são bem definidos desde sua criação, e estes se justificam pela importância de zelar pelo bem estar dos cidadãos menos assistidos pelo poder público, vítimas de baixa qualidade de vida devido a pouca escolarização, ao desemprego e às injustiças sociais e econômicas estimuladas, em especial, pelo sistema capitalista.

Se tratando, portanto de metas e objetivos voltados à luta por uma justa distribuição de renda, promoção de justiça social à medida que o PBF tem por principal objetivo a reinserção social de pessoas vulneráveis com ações de assistência social. Como é o caso das crianças e dos adolescentes de famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza.

4.2.3 Política Pública Fome Zero

Assim como acontece no restante dos países deste mundo, no Brasil as políticas públicas oficializadas são criadas de acordo com sua necessidade no atendimento às demandas sociais da população mais carente.

Observa-se que:

“Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo”, relata que pouco tem se evoluído para atingir a meta de Cúpula Mundial. O número estimado de 836 milhões de pessoas subnutridas no mundo, para o período anterior, de 1995-97. (UNICEF, 2006).

O fator ‘combate à fome’ vem, portanto, sendo uma realidade política que tem como aliada grandes organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e outras na luta por erradicação da fome nas nações em desenvolvimento.

Já a nível nacional, a partir do momento em que a liderança política representada pelo poder público se depara com uma situação de pessoas da classe proletariado passando por grandes necessidades financeiras ao ponto de faltar

alimento em suas casas, a Política de Assistência Pública dispõe de mecanismos legais para prover estas pessoas das condições mínimas de vida com dignidade. E, foi a partir da necessidade de atender a essa demanda social que a Política Pública Fome Zero foi criada.

Nossa Política Pública Fome Zero tem por objetivos principais:

“Garantir a toda a população brasileira acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.” (LEITE, 2003, p. 1).

Esse é um direito dos brasileiros, o de se alimentar devidamente, respeitando as particularidades e características culturais de cada região. E o Brasil, deve ter como meta pra seu povo, garantir o direito à Segurança Alimentar e Nutricional que foi defendida na 1ª Conferência nacional de Segurança Alimentar (BRASIL, 2004, p. 34) como sendo:

Segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral a pessoa humana (BRASIL, 2004, p. 12).

Sendo o Governo Federal responsável pela gestão do erário público, este precisa se valer de estudos logísticos elaborados com base em dados estatísticos das pesquisas de campo como acontece, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) na hora de planejar investimentos na área social atendendo às demandas da sociedade.

E, é dessa forma que as prioridades de atendimento governamental se faz possível sem desperdício no atendimento às necessidades sociais da população brasileira. E, foi a partir de levantamentos sobre a saúde da população brasileira de baixa renda e, as causas das principais enfermidades que a Política Pública Fome Zero foi criada.

Em outras palavras, a gestão pública deve se preocupar com a alimentação das pessoas mais carentes não apenas entendendo a necessidade de promover justiça social, mas, a fim de evitar maiores despesas com debilidade física destas pessoas que são vítimas do sistema capitalista e não conseguem estudar e

trabalhar para ter vida saudável. Ou seja, as pessoas que precisam ser reinseridas na sociedade enquanto carentes de políticas de combate à fome.

4.3 A relação Bolsa Família e melhoras nos índices sociais

Como não poderia ser diferente, para um programa de assistência social ser criado, aprovado se se expandir em todo o território brasileiro este precisa se mostrar eficiente. No caso do PBF sua eficiência é medida com base em cálculos estatísticos dos índices e pobreza. Pois, é dessa forma que os índices sociais alcançados com pesquisas logísticas apontam a eficiência ou ineficiência do PBF.

4.3.1 O Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto é a soma de todas as riquezas produzidas em um país investigado. É ainda uma base de cálculo para o planejamento de investimentos governamentais.

Quando o determinado Estado Brasileiro produz pouco e gera uma receita limitada de dinheiro de impostos, os governos Estadual e Federal devem se articular para promover melhor educação e programas de geração de empregos. Para mudar esse quadro.

No caso do PBF quando implantado com sucesso transferindo finanças às pessoas sem emprego o gasto com produtos de primeira necessidade da parte destas pessoas assistidas é inevitável, e, isso gera uma maior receita aos cofres públicos. Ou seja, a movimentação de dinheiro através de um programa de transferência pode melhorar o PIB dos Estados e, mesmo da União.

4.3.2 O Índice de Desenvolvimento Humano

Para ser medido o índice de desenvolvimento humano de qualquer região do país, necessário se faz realizar pesquisa científica com investigação em campo para coleta e tabulação de dados estatísticos sobre as atividades produtivas, a economia e a geração de renda das pessoas investigadas. Assim, como o IDH é próprio para serem apurados os índices desenvolvimento pela renda, pela educação e saúde da população investigada.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. (Fonte: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>).

Somente através de uma pesquisa logística precisa que seja desenvolvida com estudo de campo entrevistando as pessoas em suas casas coletando e calculando dados estatísticos relativos às respostas apuradas é que se faz possível medir o índice de desenvolvimento social, econômico, de saúde e de educacional destas pessoas.

E, é dessa forma, que o IDH de determinada população fornece aos representantes do poder público as informações necessárias para ser feito o planejamento orçamentário dos recursos destinados à seguridade social sem a possibilidade de desperdício dos recursos investidos. Ou seja, favorecendo o planejamento dos recursos a serem investidos priorizando as pessoas mais necessitadas, por exemplo, de inclusão do Programa Bolsa Família (PBF).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. (Fonte: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>)

Sendo ainda que, a medição do índice de desenvolvimento humano deve ser feito de forma periódica, pois, é dessa forma que se faz possível verificar se o desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas assistidas com programas de transferência de renda está se fazendo por melhorias econômicas, culturais e de saúde.

4.3.3 Análise dos dispendidos com o Programa Bolsa Família

Tendo como ponto de partida de estudo sobre a eficiência do Programa Bolsa Família, a análise dos dados relativos aos dispendidos com o PBF em relação ao total de famílias beneficiadas no Brasil entre os anos de 2004 e 2012, o gráfico abaixo demonstra com clareza o resultado da pesquisa feita em periódico virtual.

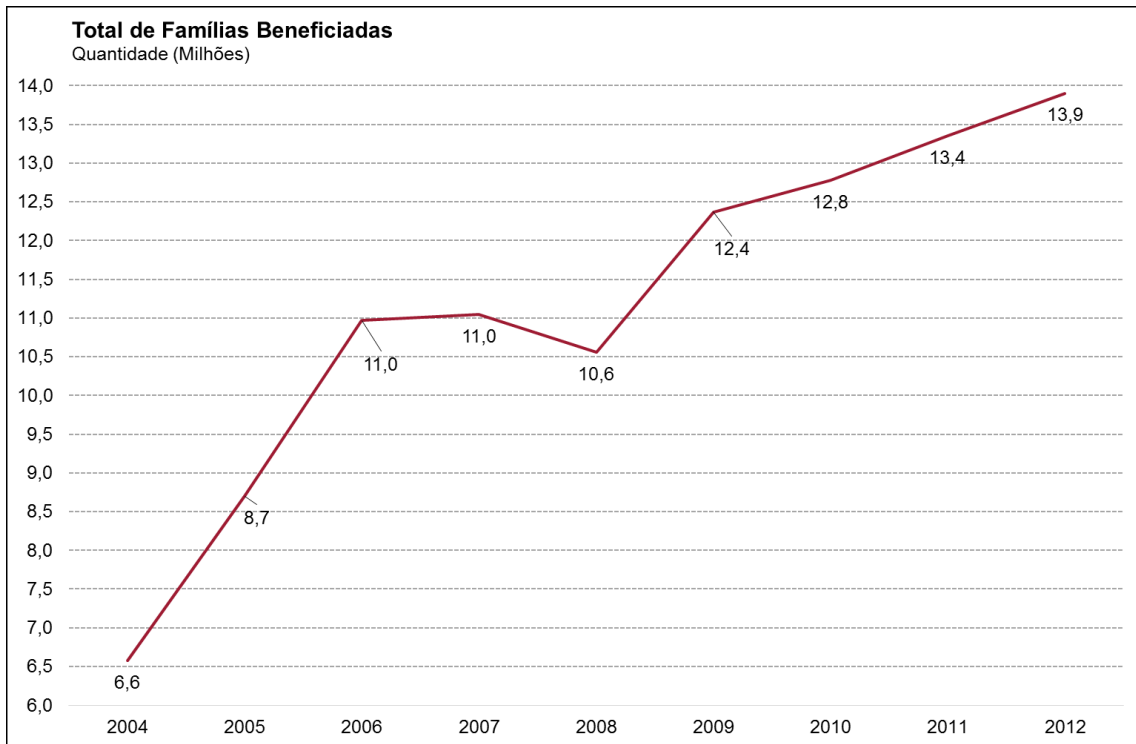


Figura 1 - Evolução da quantidade de famílias do PBF
Fonte: Elaboração própria baseado nos dados do Portal da Transparência (2014).

O que vem a configurar um crescimento gradativo do número de famílias cadastradas e beneficiadas pelo PBF em âmbito nacional. Refletindo, ainda, que se trata de um programa de transferência de renda importante e, que vem dando certo desde sua criação.

O sucesso do PBF também é refletido na análise do dispendido de investimentos de finanças públicas na ordem de bilhões de reais por regiões do Brasil.

Demonstrando-se, assim, que o sucesso do PBF também pode ser medido pelo aumento gradativo dos recursos financeiros investidos entre os anos de 2004 e 2013. Conforme é demonstrado abaixo no gráfico ilustrativo:

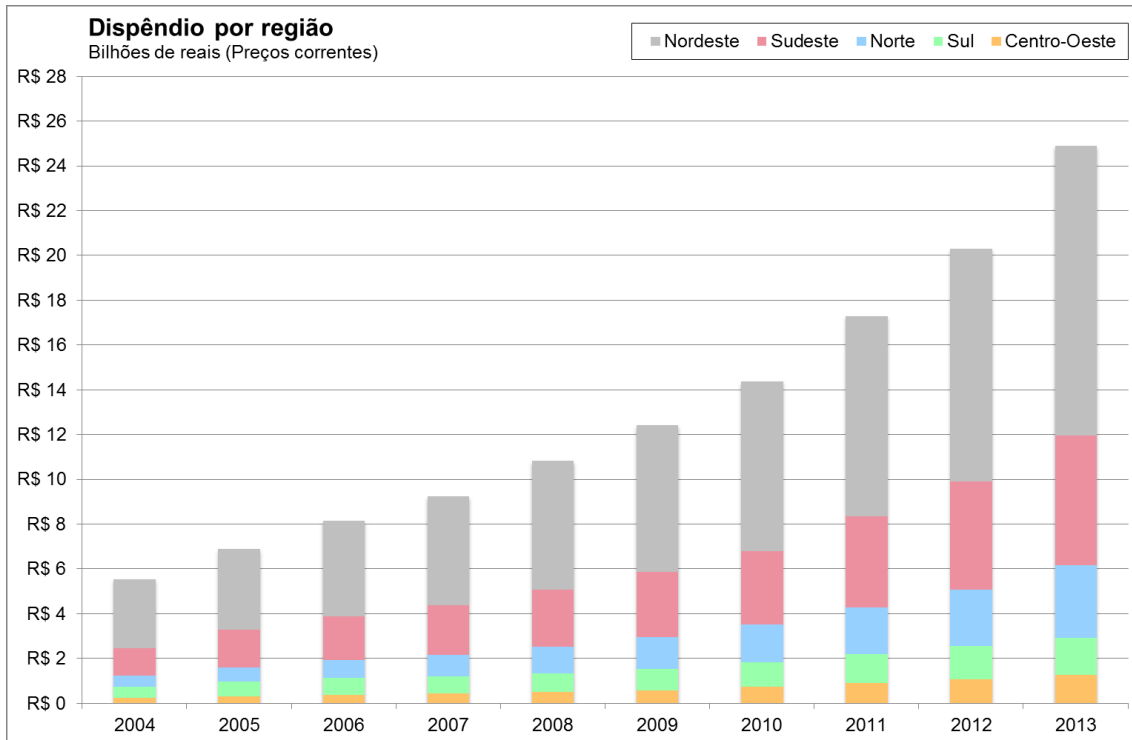


Figura 2 - Evolução da quantidade de famílias do PBF
Fonte: Elaboração própria baseado nos dados do Portal da Transparência (2014).

Verifica-se que, a região Nordeste do Brasil retém a maior parcela de investimentos financeiros com transferência deste tipo de benefício (monetário). E isso se faz real devido à questão do Produto Interno Bruto ser menor nesta região do Brasil.

O que reflete, portanto, que na região Nordeste do Brasil existe mais pessoas em situação de risco social. E, por isso os estudos logísticos que norteiam as decisões de onde investir mais e menos da parte do Governo Federal.

O estudo teórico-qualitativo com o dispêndio do Programa Bolsa Família busca demonstrar o avanço no aumento do investimento financeiro neste programa de transferência de renda para famílias de pessoas humildes e em situação de miséria.

Refletindo, portanto, a eficiência do PBF em sua função de reinserção social das pessoas em risco social, em especial no caso da região Nordeste do Brasil que tem a população de brasileiros mais carentes de obras assistenciais do Governo Federal.

4.3.4 A assistência social pelo CRAS da cidade de Grajaú - MA

Tendo a obrigação de adquirir formação acadêmica no campo das Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social, o assistente social grajauense ou que atua na cidade de Grajaú - MA é, portanto, um agente de justiça social, um profissional que domina técnicas de investigação científica para identificar as pessoas carentes que mais necessitam ser inseridas em programas de transferência de renda como é o caso do Programa Bolsa Família.

Acreditamos que as condições sociais que determinam as situações de violação aos direitos humanos não estão inerentes às redes de apoio que a família se sustenta, pois que a causalidade é histórica e estrutural. É claro que as redes de apoio são importantes para a família, principalmente para as famílias pobres onde acaba sendo “comum à vivência de um modelo familiar em que todos se mobilizam, independentemente da idade, para resolver aquilo que é urgente, que diz respeito à sobrevivência”. (ASSUNÇÃO E FERREIRA, 2006, p. 1).

Nisso, como ponto de apoio ao assistencialismo público em Grajaú – MA, o Centro Regional de Assistência Social (CRAS) localizado no Bairro Canoeiro desta cidade na atribuição de seus deveres e prestação de serviço de assistência social à população em situação de risco social atendeu, neste último mês de agosto de 2016 a um total de:

- 100 famílias somando três pessoas para cada casa (em média)
- 260 Idosos
- 120 adolescentes do grupo de convivência
- 30 crianças do grupo de convivência infantil
- 50 pré-adolescentes e adolescentes com encaminhamentos

Já quanto ao tipo de serviços prestados estes são:

- Atendimento psicossocial – Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, mulheres gestantes e idosos se encontrando em situação de risco social ou não (quando apenas buscam seus direitos como o de aposentadorias). Encaminhamentos de crianças a casa da criança localizada no Bairro Vilinha e que é administrada pela Secretaria de Assistência Social de Grajaú com profissionais preparados tecnicamente para dar assistência a esta categoria de cidadãos grajauenses (no caso de pessoas de outras cidades em situação de rua quando a

Secretaria de Assistência Social recebe a denúncia ou alerta encaminha esta (s) pessoa (s) para sua cidade de origem contatando o CRAS da respectiva cidade) em risco social ou que enfrentam conflito familiar.

- BPC – Benefício de Prestação Continuada: é o caso de indenizações e aposentadorias; passe livre federal; assistência de locomoção e tratamento médico às pessoas com deficiências;
- PBF – Programa Bolsa Família: que é o benefício governamental mais solicitado pelas pessoas que buscam no CRAS no bairro Canoeiro seus direitos constitucionais.

Observa-se que, para o CRAS as pessoas em risco social são atendidas sem discriminação de cor, raça (ou programas específicos para indígenas ou membros LGBT), e o atendimento é de acordo com as necessidades e com a capacidade de atendimento da Secretaria de Assistência Social.

Conforme investigação no CRAS do Bairro Canoeiro da cidade de Grajaú foi-se constatado que, dentre os benefícios governamentais de prestação contínua o PBF é o mais solicitado, o que mais atende às necessidades da população mais carente que se vê em situação de vulnerabilidade social.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca de dados estatísticos relativos aos benefícios gerados às famílias cadastradas e ingressadas no Programa Bolsa Família a pesquisa de campo foi elaborada por abordagem descritiva. Sendo esta realizada entre os dias 23 e 26 do mês de agosto do ano de 2016 entrevistando servidores da assistência social de unidades do CRAS, SUA e LOAS da cidade de Grajaú do Maranhão.

• Perguntas destinadas a 5 (cinco) profissionais da Assistência Social

5.1 – Entendendo a importância de fiscalização no cadastramento e inclusão das famílias que se propõem a receber o benefício do PBF, na sua concepção o fator ético tem prevalecido nesse processo?

Gráfico ilustrativo com dados estatísticos relativos à questão nº 01

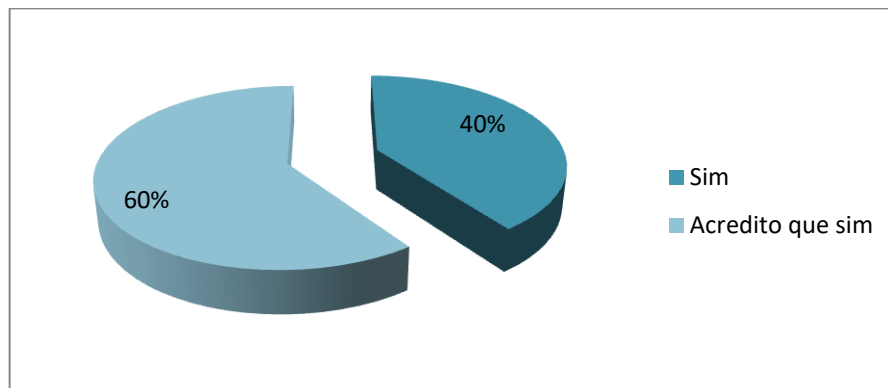


Gráfico nº 01 – Respostas da pergunta 3.3.1 relativa à questão ética no cadastramento e escolha de famílias beneficiadas com o PBF

Fica, portanto, demonstrado nesta primeira questão sobre os cinco entrevistados como profissionais que atuam no campo da seguridade social na cidade de Grajaú - MA que, dois deles ou 40% afirma que sim, ou seja, que o fator ético tem prevalecido na aceitação de cadastramento e seleção das famílias a serem beneficiadas pelo PBF. Enquanto que dos cinco entrevistados três ou 60% deles já responderam acreditar que sim, ou seja, que tem havido ética na escolha das famílias a serem beneficiadas com o PBF.

5.2 – Em meio às suas atividades de diagnóstico social lhe é possível perceber a melhoria na qualidade de vida das pessoas aceitas como beneficiárias do PBF?

Gráfico ilustrativo com dados estatísticos relativos à questão nº 02

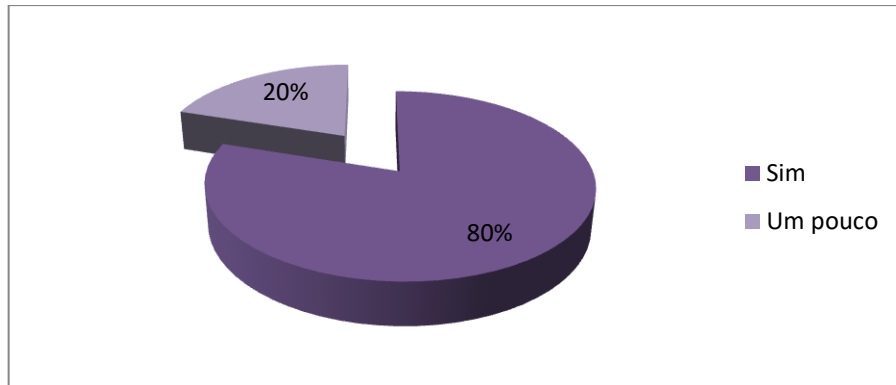


Gráfico nº 02 – Respostas da pergunta 3.3.2 relativa à questão da Melhoria da qualidade de vida das famílias do PBF

Como segunda questão os dados estatísticos deste gráfico acima retrata que, quatro entrevistados ou 80% afirmam o PBF tem promovido na cidade de Grajaú – MA melhoria na qualidade de vida dos assistidos por este programa governamental de transferência de renda. Já um deles ou 20% assinalou a alternativa um pouco, ou seja, este acredita que o PBF tem proporcionado um pouco de melhoria na qualidade de vida de das famílias assistidas por este programa.

5.3 – Em sua avaliação profissional como os índices de melhoria da educação das crianças beneficiadas como PBF tem sido...

Gráfico ilustrativo com dados estatísticos relativos à questão nº 03

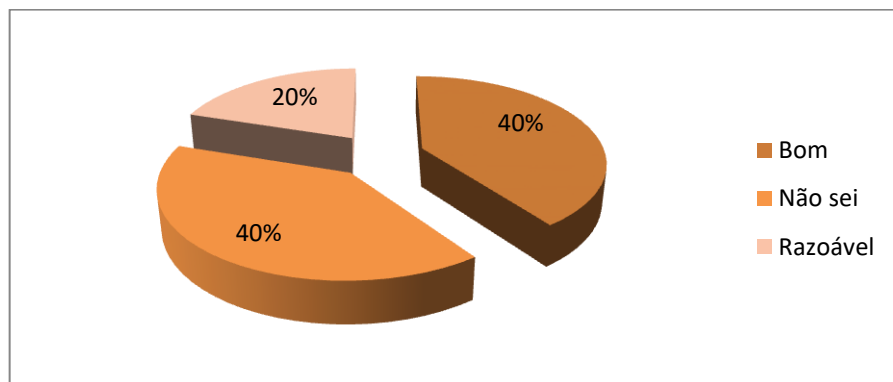


Gráfico nº 03 – Respostas da pergunta 3.3.3 relativa à questão aos Índices de melhoria na educação dos menores com o PBF

Na terceira pergunta relativa à questão de melhoria dos índices de educação devido ao benefício de transferência de renda pelo Programa Bolsa Família, os cinco entrevistados responderam da seguinte forma: dois deles ou 40%

afirmou que os índices de melhoria na educação tem sido bom, outros dois ou 40% assinalou a alternativa não sei e um deles ou 20% afirmou ser razoável o índice de melhoria na educação com o PBF.

5.4 – E quanto à possibilidade de melhoria dos índices na avaliação da saúde dos assistidos pelo PBF, como isso tem sido:

Gráfico ilustrativo com dados estatísticos relativos à questão nº 04

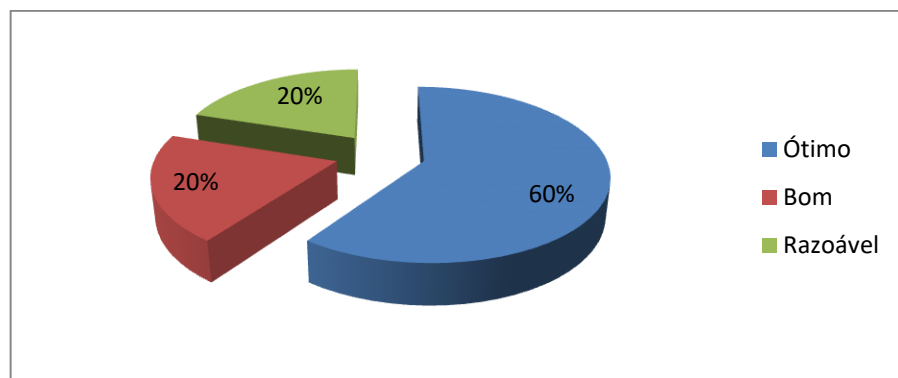


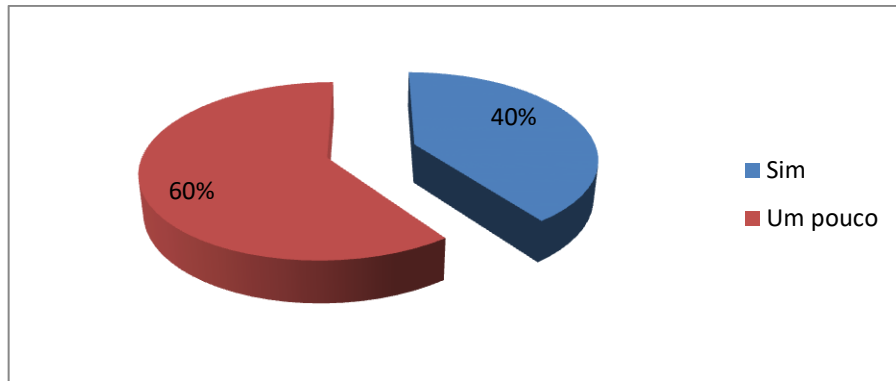
Gráfico nº 04 – Respostas da pergunta 3.3.4 relativa à questão de Melhorias nos índices na avaliação da saúde dos beneficiários com o PBF

Fica mostrado, portanto, que três cinco dois entrevistados ou 60% assinalaram a alternativa ótimo o que significa como resposta que os índices de melhoria da saúde das pessoas assistidas pelo PBF vêm sendo ótimo. Ao passo que um ou 20% assinalou a alternativa boa e o outro ou 20% a alternativa razoável.

Podendo-se entender que na avaliação destes profissionais da seguridade social na cidade de Grajaú - MA sobre as melhoras na saúde de crianças e adolescentes de famílias assistidas pelo PBF é satisfatória. Justificando-se, portanto, a necessidade de continuidade deste projeto de transferência de renda da parte do Governo federal.

5.5 – Lhe é possível acreditar que com a transferência de renda que o PBF propicia na cidade de Grajaú às pessoas mais carentes, tem havido melhor distribuição de renda?

Gráfico ilustrativo com dados estatísticos relativos à questão nº 05

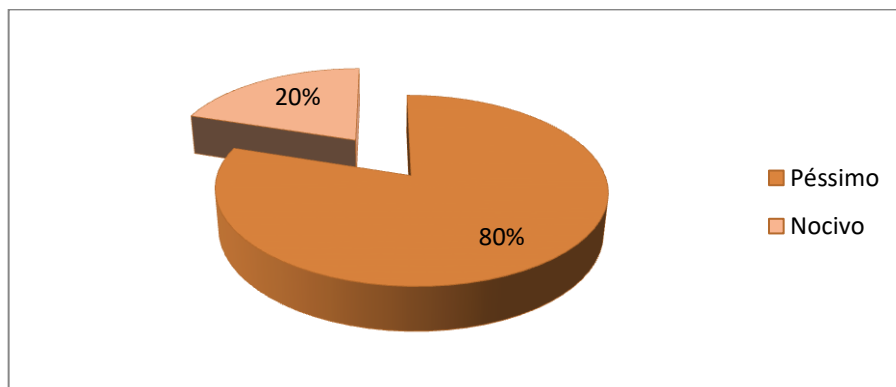


**Gráfico nº 05 – Respostas da pergunta 3.3.5 relativa à questão do PBF
Estar gerando melhor distribuição de renda em Grajaú - MA**

Já nesta questão de número cinco três ou 60% profissionais da Assistência Social da cidade de Grajaú – MA entrevistados assinalaram a alternativa um pouco o que significa que o PBF tem gerado melhor distribuição de renda favorecendo as pessoas mais carentes. E, os outros dois ou 40% responderam que isso tem acontecido um pouco.

5.6 – E, se por qualquer motivo o Governo Federal acabasse com o PBF como isso iria refletir na cidade de Grajaú?

Gráfico ilustrativo com dados estatísticos relativos à questão nº 06



**Gráfico nº 06 – Respostas da pergunta 3.3.6 relativa à questão da
possibilidade do fim do PBF para os beneficiários da cidade de Grajaú - MA**

Como de todo modo já seria fácil deduzir, os cinco colaboradores que atuam na Assistência Social na cidade de Grajaú se mostraram contra a possibilidade de o Governo Federal acabar com o Programa Bolsa Família. Pois, quatro ou 80% firmou que isso seria péssimo. E, um ou 20% que isso seria nocivo.

Ou seja, afirmaram que sem esse programa o processo de promoção de justiça social com reinserção social de pessoas carentes seria atrasado.

A pesquisa de campo veio a cumprir com sua função de enriquecimento de saberes qualitativos e quantitativos sobre a relação Programa Bolsa Família e o índice de melhoria na área social na cidade de Grajaú – MA.

Todo o trabalho de pesquisa de campo foi desenvolvido sob planejamento técnico, respeitando o método científico de pesquisa acadêmica. Buscando-se, dessa forma, alcançar dados estatísticos relativos às influências positivas na promoção de justiça social com um programa de transferência de renda.

Cada passo do estudo de campo foi planejado e executado de acordo com orientações do professor de Metodologia Científica e, respeitando as regras da Associação Brasileira de Normatizações Técnicas (ABNT).

Por fim, cabe firmar que toda a aprendizagem prática alcançada na pesquisa de campo veio a somar com a aprendizagem teórica previamente alcançada no estudo literário e em periódicos virtuais favorecendo maior formação cultural, social e de domínio de informações qualitativas para formação acadêmica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que o tema escolhido para nortear tanto a pesquisa teórica literária e virtual como a pesquisa de campo com entrevistas a profissionais da área de Assistência Social na cidade de Grajaú – MA, foi muito propício para aprendizagem e formação para elaboração e apresentação deste trabalho de conclusão de curso.

Que os principais objetivos de aprendizagem descritos na introdução deste trabalho puderam ser alcançados, pois, a soma de conhecimentos adquiridos sobre a relação Programa Bolsa Família e os índices de melhoria na área social da cidade de Grajaú – MA.

Foi estudado e demonstrado neste trabalho a origem dos programas de assistência social no Brasil, a influência da Igreja Católica como entidade promotora de assistencialismo com educação e filantropia ainda no Período Colonial Brasileiro.

E, que a partir daí a Constituição Brasileira foi de tempo em tempo sendo promulgada delineando em seus Artigos as leis de proteção social, se assistencialismo público a favor de famílias de classe social inferiorizada e que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Verificou-se que, quando o Programa Bolsa Família foi criado para unir outros programas desagregados como vale gás, bolsa escola e outros, os resultados do PBF foram tão positivos que os índices de seu desenvolvimento pode ser medido por gráficos ilustrativos.

Com efeito, o PBF tem sido aplicado com tanta eficiência que:

Após 10 anos da promulgação da LOAS, em 2004, o Sistema Único de Assistência Social é aprovado pela CNAS. Esse buscou integrar as diversas esferas governamentais na organização dos arranjos interinstitucionais para a prestação de serviços sociais, assim como na coordenação do compartilhamento de recursos e 8 informações para o novo sistema de financiamentos dos repasses federais (TAVARES, 2013).

Sendo aprendido que, as leis, os órgãos e os programas como o PBF criados para garantir a assistência social no Brasil vêm democratizando divisão de renda e a justiça social provendo pessoas em situação de miséria e miséria extrema dos meios de condições mínimas de vida digna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Luiza Maria de.; FERREIRA, Ricardo Vicente. *A rede familiar como empreendimento coletivo na estratégia de sobrevivência de um migrante: um estudo de caso*. Ed. Alternativa: São Paulo, 2006. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> Acessado em: 08 / 08 / 2016.

BRASIL, Constituição (2002/1988). Constituição da República Federativa do Brasil: 1998. Texto institucional de 5 de outubro de 1998. Com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1 de 1992, a 38 de 2002. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

BRASIL,. Ministério da Saúde. *Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informações em serviço de saúde*. Brasília Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> Acessado em: 08 / 08 / 2016.

BRASIL. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. *Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*, 8. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica. Apostila*. Fortaleza: UEC, 2002.

JUNIOR, Irapuan Costa. *Bolsa Família precisa ser revista, pois não beneficia só quem precisa*. São Paulo: Ática, 2001.

LEITE, T, S. PIETRAFFESA, J. P. Situação da (in) segurança alimentar no Brasil. *Revista da Proeg/UFG*. Goiás, v. 5, n. 1, p. 01, abr. 2003.

MALAQUIAS, Josinaldo José Fernandes. *Poder e sociedade: o contexto penitenciário paraibano*. São Paulo: Edusc, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Bolsa Família. (2003). Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> Acessado em: 08 / 08 / 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Fome Zero*. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br>. Acesso em: 08 / 08 / 2016.

NARLOCH, Leandro. *Bolsa Família: como uma ideia de direito se tornou a principal ideia da esquerda brasileira*. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de58minutos/desigualdade/bolsa-familia-como-uma-ideia-da-direita-se-tornou-a-principal-bandeira-da-esquerda-brasileira/> Acessado em: 08 / 08 / 2016.

Relatório de Informações Sociais. (MDS, 2013). Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> Acessado em: 08 / 08 / 2016.

SILVA, Marília F. *Tendências dos beneficiários do Bolsa Família manter trabalho informal*, 2015. Disponível em: <http://www.mundodastribos.com/tendencias-dos-beneficiarios-do-bolsafamilia-manter-trabalho-informal.html>. Acesso em: 08 / 08 / 2016.

SOARES, S. et SÁTRIO, N.: *O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acessado em: 08 / 08 / 2016.

TAVARES, G. de Cássia. *O Financiamento no SUAS e as Condições para efetivação dos direitos sócio assistenciais. Apresentado no Seminário Internacional 80 do BPC*. Brasília. 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/> Acessado em: 08 / 08 / 2016.

UNICEF. Situação da infância brasileira. *Crosss Content Comunicações Integrada*. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/Pags_001_007_Abre.pdf Acessado em: 08 / 08 / 2016.

VAZ, Lúcio. *A ética da malandragem no submundo do Congresso Nacional*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

Transparência Brasil - <http://www.portaltransparencia.gov.br/>; Acesso em: 08 / 08 / 2016.

Fonte: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> Acessado em: 08 / 08 / 2016.

Fonte pesquisada: <http://www.ipea.gov.br> Acessado em: 08 / 08 / 2016.

APÊNDICE

Apêndice “A”

FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
EM GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

JOELIA SANTOS FALCÃO

INSTRUMENTAL DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Prezado (a) entrevistado (a) por meio deste eu *Joélia Santos Falcão* acadêmica do curso de Especialização em Políticas Públicas em Gestão da Assistência Social pela Faculdade Laboro venho lhe solicitar uma participação neste trabalho de entrevista de campo relativo à relação Bolsa Família e o índice de melhorias na área sócia em Grajaú – MA. Caso lhe seja possível participar deste trabalho de investigação de campo basta responder as perguntas descritas neste instrumental de entrevista semiestruturada. Tendo eu o propósito cumprir com a exigência de realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC alcançando a nota necessária para recebimento de título de Licenciatura no respectivo curso já mencionado.

De já agradeço pela atenção...

Sim, eu _____ li
atentamente do que se trata esta solicitação e aceito participar contribuindo como
este trabalho acadêmico.

Atenciosamente: acadêmica Joélia Santos Falcão

Nome: _____

Idade: _____ anos Sexo: () Masc. () Fem.

Há quantos anos/meses você atua como profissional no campo da assistência

Social? _____ anos e _____ meses

• **Perguntas destinadas a 5 (cinco) profissionais da Assistência Social**

5.1 –Entendendo a importância de fiscalização no cadastramento e inclusão das famílias que se propõem a receber o benefício do PBF, na sua concepção o fator ético tem prevalecido nesse processo?

() Sim () Não () Um pouco () Acredito que sim

5.2 – Em meio às suas atividades de diagnóstico social lhe é possível perceber a melhoria na qualidade de vida das pessoas aceitas como beneficiárias do PBF?

() Sim () Não () Um pouco () Talvez

5.3 – Em sua avaliação profissional como os índices de melhoria da educação das crianças beneficiadas como PBF tem sido...

() Ótimos () Bom () Razoável () Não sei

5.4 – E quanto à possibilidade de melhoria dos índices na avaliação da saúde dos assistidos pelo PBF, como isso tem sido?

() Ótimo () Bom () Razoável () Não sei

5.5 – Lhe é possível acreditar que com a transferência de renda que o PBF propicia na cidade de Grajaú às pessoas mais carentes tem havido melhor distribuição de renda?

Sim Não Um pouco Talvez

5.6 – E, se por qualquer motivo o Governo Federal acabasse com o PBF como isso iria refletir na cidade de Grajaú?

Péssimo Não sei Nocivo Não refletiria